

O Microcrédito no Brasil

By Mario Tomelin

O programa de incentivo ao crédito, ou microcrédito no Brasil está sendo implantado somente agora, apesar do sistema estar difundido nos principais países do mundo, Ásia, África e América Latina e ter tido algumas experiências em alguns Estados do Brasil.

A Medida Provisória 122 de 25 de junho de 2003 conferiu ao Conselho Monetário Nacional competência para regulamentar as aplicações dos bancos convencionais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito e de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores.

Definição de Microcrédito.-

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias-reais. É um crédito destinado à produção e é concedido com o uso de uma metodologia específica.

O Microcrédito democratiza o acesso ao crédito do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A geração de trabalho e renda para as famílias de baixa renda favorece alternativas de ocupação e aumento de produtividade. O impacto social do microcrédito resulta em melhores condições de saúde, habitação e alimentação.

A exemplo de vários outros programas de apoio ao microcrédito o SEBRAE tem sido um órgão incentivador para acionar esta modalidade de crédito.

O Microcrédito adota uma metodologia específica, que consiste na concessão assistida do crédito, sem burocracia. Os Agentes de Crédito vão até o local, onde o trabalhador exerce uma atividade produtiva para avaliar as necessidades e as condições de seu atendimento, bem como as condições de pagamento. Esse profissional passa acompanhar a evolução do negócio e receber orientação se necessário.

O Microcrédito adota a prática de garantia social, isto é: as relações de confiança, reciprocidade e participação. É usual o fiador coletivo, que consiste no aval solidário, formando grupos de 3 ou 5 pessoas avalizando mutuamente.

Histórico do Microcrédito.-

O melhor exemplo conhecido no mundo é do professor Muhammad Yunus que escreveu o livro, O Banqueiro dos Pobres editado pela editora Ática publicado em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. O professor Yunus começou emprestando US\$ 27,00 para um grupo de 42 pessoas criou o Banco Grameen, passando por experiências curiosas, mas finalmente triunfante que hoje empresta o valor de 1,5 milhões de dólares e atende 38 mil aldeias e tem 2,27 milhões de clientes.

Este trabalho começou em 1982 em Bangladesh e hoje está espalhado pela Ásia, África, América Latina e alguns países da Europa.

A experiência de Bangladesh tem a característica dos clientes serem a maioria de mulheres. A prática tem demonstrado que, de um modo geral as mulheres são melhores pagadoras do que os homens.

Na América Latina, uma das experiências mais relevantes é a do Banco Solidarietà S.A, na Bolívia. O sucesso dessa experiência abriu campo para o surgimento, em 1992 do primeiro banco comercial em bases lucrativas focado no microcrédito. O Banco Sol atende aproximadamente 70.000 clientes, sendo 70% mulheres – hoje o programa atua como Fundo Financeiro Privado sendo líder no desenvolvimento de microcrédito em áreas rurais da Bolívia.

Regularização do Microcrédito.-

O Banco Central do Brasil através do Conselho Monetário Nacional, pela Resolução 3.106 de 25 de junho de 2003, aprovou o funcionamento do microcrédito no Brasil. Esta providência não inova, mas consolida o Sistema de Microcrédito no Brasil.

O fato mais auspicioso é de que o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa está promovendo o programa de Microcrédito, que além de dar respaldo institucional tem esta incumbência de promover o sistema, o que garante credibilidade. O SEBRAE como instituição de segunda linha, propõe apoiar a criação e o fortalecimento de organizações de microcrédito, desde que adotem os princípios de independência e autosustentabilidade.

Dentre as modalidades de apoio à reestruturação das instituições, capacitação de recursos humanos, cessão de uso de sistema informatizado de gestão, prestação de serviços de consultoria, capacitação de lideranças comunitárias, entre outras.

Exemplos de Microcrédito no Brasil.-

O Programa UNO.

A UNO era uma organização não governamental especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de “aval moral”. Os recursos iniciais vieram de doações internacionais, posteriormente, incrementados por outras linhas de crédito.

Concomitantemente à concessão do crédito, a UNO capacitava os clientes em temas básicos de gerenciamento. Além disso, produzia pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito. Todo esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra. A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos, em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de milhares de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina.

Apesar do êxito na área técnica, a UNO desapareceu, após dezoito anos de atuação, por não considerar a auto-sustentabilidade parte fundamental de suas políticas, o que poderia ter sido assegurado com base em duas medidas. A primeira, transformar as doações recebidas em patrimônio financeiro que pudesse ser emprestado a juros de mercado e, assim, gerar receitas e capitalizar a entidade. A segunda, negociar com os

parceiros a cobrança de juros reais em todas as linhas de crédito que operava, de modo a ter um ganho para capitalização.

A Rede CEAPE

A partir da experiência da Accion International e de organizações não governamentais colombianas, a metodologia dos Grupos Solidários, que utiliza o aval solidário, foi replicada no Brasil. A primeira experiência aconteceu em Porto Alegre, em 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), instituído sob a forma de organização não governamental.

O Centro Ana Terra contou também com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID e da Inter-American Foundation/iaf para a composição inicial de funding (recursos para empréstimos). O sucesso do Centro resultou na sua reprodução em vários estados brasileiros totalizando, atualmente, doze Centros de apoio aos Pequenos Empreendimentos.

Em 1990, foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FUNAPE), hoje CEAPE Nacional. Os CEAPes estão articulados na Rede CEAPE, de forma independente, mas adotam a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional, principalmente do setor informal.

A Rede CEAPE, ao longo desses anos, vem concedendo créditos individuais, com garantia de avalista, e em Grupos Solidários, até 31/12/2001, a Rede CEAPE realizou 343 mil operações de créditos, no valor total de R\$ 305,7 milhões.

O Banco da Mulher.

Em 1989, o Banco da Mulher/Seção-Bahia, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a infância/UNICEF e do BID, inaugurou seu programa de microcrédito utilizando a metodologia de Grupos Solidários, inicialmente, o Banco atendia ao público feminino, tendo, posteriormente, incorporado também a clientela masculina.

Atualmente, o Banco da Mulher forma uma rede com representação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia. O Banco é filiado ao Women's World Banking, que mantém filiados em diversos países.

Até setembro de 2001, o Banco da Mulher concedeu cerca de 9 mil créditos totalizando, aproximadamente, R\$ 6,7 milhões.

A Portosol.-

Em 1995, a Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com entidades da sociedade civil, promoveu a criação da organização não governamental Portosol – Instituição Comunitária de Crédito. Teve início, então, a formação de um modelo institucional que vem sendo referência para a criação de várias entidades de microcrédito no país, baseadas na iniciativa do Poder Público e no controle pela sociedade civil e apoiadas no princípio da auto-sustentabilidade das organizações.

Os recursos iniciais da Portosol vieram de doações da prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Rio Grande do Sul, da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica/GTZ, da Inter-American Foundation/IAF e de financiamentos do BNDES e do SEBRAE/RS

A Portosol vem concedendo créditos a pequenos empreendimentos, tanto para capital de giro (adequação do fluxo de caixa do empreendimento e compra de matéria-prima), quanto para capital fixo (compra de máquinas e equipamentos, reformas e ampliações das instalações de negócio). As garantias das operações baseiam-se em aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens.

Até 31/12/2001, a Portosol realizou cerca de 28,5 mil operações de crédito, que somaram R\$ 38,7 milhões.

O VivaCred.

O VivaCred foi criado em outubro de 1996, por iniciativa do Movimento Viva Rio, com o objetivo de conceder crédito aos microempreendimentos de propriedade de pessoas de baixa renda das comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Até o momento, foram instaladas quatro agências, sendo três localizadas nas favelas da Rocinha, Maré e Rio das pedras e outra destinada ao atendimento das comunidades do centro da cidade e zona sul do Rio de Janeiro.

O funding do VivaCred foi formado com recursos provenientes do BID, BNDES e Fininvest. Os empréstimos são destinados tanto para capital giro, quanto para capital fixo.

O VivaCred., até 31.12.2001, realizou mais de 8,4 mil operações, emprestando aproximadamente R\$ 14 milhões.

O CrediAmigo.

O CrediAmigo é o programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Criado em 1998, tem por objetivo oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. É o único programa de microcrédito de atendimento direto implementado por banco estatal.

O CrediAmigo trabalha com a metodologia de Grupos Solidários e, concomitantemente à concessão do crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os Assessores de Crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do Banco.

Até 31.12.2001, o CrediAmigo realizou mil operações no valor de R\$ 440 milhões, constituindo o maior programa de microcrédito do País.

O Programa de Crédito Produtivo Popular.

Em 1996, em sintonia com o Conselho da Comunidade Solidária e deflagrando o atual ciclo de desenvolvimento do microcrédito no Brasil, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES criou o programa de Crédito Produtivo Popular com o objetivo de divulgar o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional, capaz de oferecer crédito aos pequenos empreendedores,

formais e informais, viabilizando alternativas de investimento para a geração de ocupação e renda.

Além de atuar como instituição de “segunda linha”, provedora de recursos financeiros às instituições de microcrédito por meio do Programa de Crédito Produtivo Popular, o BNDES vem fomentando a estruturação dessas instituições ao incentivar o estabelecimento de padrões gerenciais e organizacionais necessários ao seu melhor desempenho. Com esse objetivo, o BNDES criou o Programa de Desenvolvimento Institucional/PDI e vem investindo no desenvolvimento de sistemas integrados de informações gerenciais e auditoria (operacional, financeira, contábil e de sistemas) específicos para instituições de microcrédito, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias, como sistemas de pontuação de crédito (credit-scoring) e serviços de classificação institucional (rating).

O BNDES começou atendendo a organizações não governamentais atuantes na área de microcrédito. A partir de 2001, o Banco passou também a apoiar Sociedades de Crédito ao Microempreendedor/SCM.

Até dezembro de 2001, o BNDES apoiou 31 instituições, sendo 28 entidades da sociedade civil e três Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, tendo contratado R\$ 55,8 milhões.

A Caixa Econômica Federal.-

A Caixa Econômica Federal, que tem vocação para o atendimento às camadas de menos renda e atuação no mercado bancário de varejo, já iniciou sua estratégia de atuação no segmento de microfinanças. Estão em desenvolvimento experiências de parcerias com organizações não governamentais, que atuam como mandatárias da Caixa, nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro. A Caixa é responsável pela disponibilização de recursos financeiros e pelo risco das operações e as entidades pela metodologia de microcrédito.

Experiências Estaduais e Municipais.-

No âmbito dos governos estaduais e municipais, várias experiências de microcrédito estão sendo implementadas, tanto por instituições de fomento quanto por instituições de “primeira linha”, que concedem o crédito diretamente ao tomador. AS formas institucionais são bastante diversificadas, assim como as fontes de financiamento e as políticas de sustentabilidade.

Parte dessas experiências estão ligadas às políticas públicas de geração de ocupação e renda, sendo conhecidas pelo nome de “Bancos do Povo”. Em várias situações, os governos estaduais e municipais criam fundos públicos destinados especificamente ao microcrédito. Existem programas operacionalizados por órgãos públicos, por entidades criadas para esse fim e por meio de parcerias com a sociedade.

Hoje são muitas as iniciativas e citamos apenas alguns exemplos: Banco do Povo Paulista, do Governo do Estado de São Paulo; Banco do Povo Goiás, do Governo do Estado de Goiás; Banco do Povo de Juiz de Fora, da Prefeitura de Juiz de Fora; e o Creditralho, do Governo no Distrito Federal.

Transcreveremos abaixo alguns comentários da imprensa brasileira sobre o microcrédito na oportunidade da regulamentação no Brasil.-

Jornal Gazeta Mercantil – 24/03/03.- Por Lenke Pavetits - A cessão de crédito aos micros, pequenos e médios empreendedores e empresas transformou-se em excelente negócio. A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor **Rótula**, constituída em 1999 é a primeira autoriza a operar pelo Banco Central, tem clientes variados que podem pedir financiamento de até R\$ 10 mil e, segundo o presidente da Rótula, Carlos Balbino Figueira, o índice de inadimplência é baixíssimo. Os juros médios oscilam entre 4% aos mês e o prazo médio de pagamento situa-se em oito meses, sendo que as cotas tendem a seguir uma ordem crescente até como forma de demonstração de confiança no trabalho alheio.

Além do bom negócio para quem recebe o dinheiro, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) também são para quem empresta. Apenas 38 estão autorizadas a atuar no País, têm capital privado e os recursos para habilitação de crédito vêm, geralmente, de seus acionistas, de instituições financeiras nacionais de fomento ou desenvolvimento.

O banco BVA também descobriu e está crescendo nesse nicho. Décimo sexto colocado no ranking brasileiro de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é o primeiro do Rio de Janeiro pelo terceiro ano consecutivo, repassou R\$ 136 milhões no ano passado em financiamentos a micro, pequenas e médias empresas. Criado em janeiro de 1995, o BVA oferece uma série de produtos para girar o setor. Um deles é o One Stop Shop, em que as pequenas têm acesso a todos os serviços bancários em um só estabelecimento, com um nível de atendimento que antes era disponível apenas às grandes empresas. O serviço alia modalidades de crédito, alternativas de investimento, proteção a riscos cambiais e de juros, operações de comércio exterior, consultoria estratégica e tecnológica. Outro é o site **Finamexpress** que facilita o acesso e universaliza os serviços.

A Cervejaria Sudbrack, em Santa Catarina, é uma que usou os serviços do banco através do site. Segundo o sócio-gerente Sidnei Vargas, ele levantou R\$ 223.256,25 para compra de seis tanques de fermento e maturação de cerveja, além de um conjunto de refrigeração da bebida. “Fiz o cadastro pelo site, recebi uma ligação de volta e em setembro fechei o empréstimo. Ainda nem paguei a primeira prestação”, comenta Vargas. O banco oferece prazo de 36 meses para o pagamento, sendo seis de carência e 30 de amortização.

De acordo com o diretor executivo do banco, Fábio D’Ávila, os juros variam de 16% a 19% ao ano. “A Finame está sendo muito procurada pela indústria de plástico e por empresas de transporte. A opção da instituição pelas micro, pequenas e médias empresas foi uma visão de nicho de mercado. O segmento não estava sendo bem atendido, aproveitamos a oportunidade e demonstramos capacidade”, analisa D’Ávila.

Jornal Correio Braziliense – Editorial 27/07/03.- O Juro do Microcrédito – A concessão de microcrédito anunciada pelo governo é bem-vinda. Atinge o público que vive à margem das operações bancárias por falta de condição de manter conta em

instituição de crédito. Oferece a ele sem burocracia e sem exigência de garantias pelas quais não pode responder – capital capaz de lhe atualizar o instrumento de trabalho.

Os empréstimos variam de R\$ 100 a R\$ 1 mil. Com eles, a costureira poderá trocar a máquina doméstica pela industrial. O pedreiro terá condições de comprar desempenadeiras, espátulas, enxadas. O serralheiro terá possibilidade de adquirir novas cerras, mesas e esmeris. O sacoleiro conseguirá ampliar o estoque de mercadorias. O vendedor de cachorro-quente poderá ter outro carrinho.

O microcrédito também funciona como meio de financiamento porque barateia a aquisição de bens domésticos. Com dinheiro na mão, o beneficiado negocia vantagens na compra da geladeira, do fogão, do freezer. Com isso, estimula o comércio, cujas vendas sofrem retração constante causada, sobretudo, pela queda da renda do trabalhador. Além disso, ao entrar como concorrente, o governo obriga as financeiras a baixar os juros exorbitantes.

A iniciativa, acima de tudo, tem função pedagógica. Constitui lição de cidadania porque insere os beneficiados no contexto de modernidade. O favorecido é obrigado a optar entre alternativas, a investir os recursos, a lidar com financiamento, a honrar o compromisso no prazo estipulado.

Os juros, porém, poderiam ser mais baixas. È verdade que, relativamente às taxas cobradas pelo mercado de 65 a 75 ao mês – os 25 do microcrédito parecem bênção do céu. Más, como reconhece o próprio ministro Palocci, estão altos. Anualizada, a taxa chega a 26,8% ao ano – acima da Selic, de 24,5% ao ano.

Os bancos alegam, para não reduzir o preço do dinheiro, que a inadimplência beira os 20%. Desconsideram que o termo é relativo. Inadimplência não significa calote, mas adiamento do pagamento. Só parte representa perda. Mesmo assim, no caso, garantida pelo governo. Mais: o custo financeiro para o banco vem de depósitos à vista que praticamente não tem custo. O custo de captação inclui-se nos custos gerais do banco.

Estudos provam que o pessoal de baixa renda é o menos insolvente. O crédito para eles é muito importante. Estar sujo na praça constitui prejuízo não só financeiro, mas também moral. O bom nome representa patrimônio valioso. Poucos o desbaratam.

Jornal Valor Econômico 09/06/2003.- Por Maria Chistina Carvalho e Raquel Balarin - Experiência mostra efeito limitado do microcrédito: O governo deposita grandes esperanças no microcrédito e nas cooperativas para baratear e aumentar a oferta de recursos para a economia. Porém, esses veículos de crédito ainda engatinham no Brasil, e á luz da experiência atual, levará tempo para que ocupem lugar importante na oferta de financiamento. As 1.430 cooperativas existentes emprestavam R\$ 4,57 bilhões em dezembro passado, o que representava 40% de seus ativos e apenas 1,2% do total de crédito oferecido pelos bancos no mesmo período. Apesar de ter crescido apenas 13,7% nominais no ano passado, o crédito bancário encerrou dezembro com R\$ 377,8 bilhões.

O microcrédito é ainda mais incipiente. A experiência mais antiga nessa área tem cinco anos e é do Banco do Nordeste. Sua carteira vem crescendo 50% ao ano, mais chegou apenas R\$ 287,3 milhões em 2001. Essas operações têm um cunho social importante, porque o valor médio é ligeiramente superior a R\$ 80. Mas não são elas que vão tirar a economia do marasmo. Alguns grandes bancos privados entraram nessa área e enfrentam dificuldades até com traficantes em favelas.

Na sexta-feira, o Banco Central atacou em outra frente: o diretor de normas, Sérgio Darcy, encontrou-se com a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC), que reúne 80 instituições de pequeno porte, para discutir a redução do spread e a capilarização da oferta de crédito.

No debate, a discussão voltou ao eixo original da necessidade de redução dos depósitos compulsórios, da aprovação da Lei de Falências e da agilização da retomada das garantias bancárias. Os grandes bancos, melindrados com os ataques do governo, têm preferido mandar suas sugestões diretamente à Fazenda.

Jornal Gazeta Mercantil 17/07/03 .- Por Maria Clara R. M. do Prado - O Microcrédito e o desafio dos bancos: Um enorme desafio foi colocado pelo governo ao sistema bancário, a partir da idéia de que 2% dos depósitos à vista sejam destinados ao microcrédito, com juros de 2% ao mês. Se consolidado, poderia representar a destinação de cerca de 1,5 bilhão para esse tipo de empréstimo, que é, como se sabe, muito especial.

Envolve, geralmente, pequenos valores de até R\$ 1 mil, em média, para tomadores da população de baixa renda.

Funciona como um tipo de financiamento para aquisição de bens de capital – como, por exemplo, máquinas de costura, viaturas, câmaras frigoríficas – ou de capital de giro para estimular atividades produtivas que ajudem a alavancar a melhoria do nível de vida. Os bancos estão à espera da definição das regras – que devem passar pela apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN) – para tomar uma decisão. Se as regras tiverem caráter voluntário, é possível que apenas os grandes bancos comerciais se interessem pela iniciativa. Ainda assim, com a intenção, talvez, de utilizarem a atuação no microcrédito como uma forma de marketing.

“O custo operacional do microcrédito é alto, requer não apenas um trabalho de identificação da necessidade do potencial cliente, mas também custos de processamento, sem falar no risco da inadimplência”, comentou para esta coluna o vice-presidente da Booz Allen-Hamilton, Jorge Maluf.

Acredita que alguns bancos privados prefeririam deixar o dinheiro recolhido ao Banco Central, sem nenhuma remuneração, a aplica-lo no microcrédito a 2% ao mês. Não esconde, porém, a preocupação com a atitude mais agressiva que possam ter as instituições públicas federais, como o Banco do Brasil e a caixa Econômica Federal, mesmo que os juros praticados sejam demasiadamente baixos.

A Booz Allen, como se recorda, há dois anos, uma profunda avaliação sobre a situação dos bancos públicos federais, por encomenda da Comif, no governo Fernando Henrique. O relatório, que chegou a ser colocado em audiência pública em meados de 2000, teve uma enorme repercussão política. Na época, um dos pontos focados foi justamente a falta de transparência entre a atividade comercial dos bancos oficiais e a atividade de cunho meramente social, que, reforça hoje Maluf, “são incompatíveis”. Essa divergência de atribuições só pode ser resolvida desde que fique claramente identificada no orçamento da União a dotação do repasse de recursos aos bancos federais, destinados às políticas públicas, categoria em que pode ser classificado o microcrédito, dependendo da taxa de juros cobrada do cliente final.

Teme-se que o uso político dos bancos federais nesse campo possa resultar no retorno dos “grandes rombos” do passado, seguidos de operações de capitalização bancadas pelo Tesouro Nacional. À parte o impacto fiscal que descontroladas operações

de microcrédito venham a suscitar na esfera do governo federal, não se pode negar o efeito que esse tipo de empréstimo tem para as iniciativas de empreendimento da população que hoje não têm acesso ao dinheiro dos bancos.

Maluf gosta de ilustrar a situação com o caso do sorveteiro nas praias do Rio de Janeiro e a relação financeira que tem com o fornecedor de sorvetes. “Quando tem condições de pagar pela mercadoria que pega com o fornecedor cedo, de manhã, acaba dependendo de R\$, 0,15 por sorvete, mas se não tem dinheiro para isso e se compromete em pagar pela mercadoria no final do dia, então incorre em um custo de R\$ 0,20 por sorvete, o que equivale a um financiamento à taxa de 33% ao dia”, adianta.

Amenizar o custo do giro que esse sorveteiro é obrigado a encarar não é nada trivial. O Microcrédito tem peculiaridades com as quais os bancos não estão acostumados a lidar. Na verdade, atuar nessa área tem sido difícil até mesmo para entidades sem fins lucrativos, como é o caso da Widar. Criada em 1994, começou a atuar no microcrédito dois anos depois, com foco no financiamento a pequenos produtores rurais dedicados à agricultura orgânica. Estendeu depois sua atuação ao microcrédito urbano e chegou a movimentar cerca de R\$ 400 mil, mas isso não foi suficiente. “Não conseguimos atingir um volume satisfatório de operações que ajudasse a levar a atividade adiante”, contou Thomas Michael Lanz, ex-executivo da Giroflex e um dos administradores da Widar, que hoje se dedica à área de consultoria empresarial.

Acha que os bancos têm maior potencial para atuar no microcrédito e até vislumbra a possibilidade de a Widar voltar a operar no setor em associação com alguma instituição bancária, mas chama a atenção para alguns aspectos. “O microcrédito envolve uma filosofia diferente das demais operações de crédito porque pressupõe trabalho pedagógico junto aos clientes, além de um acompanhamento muito de perto do investimento, e isso é caro. É preciso ter agentes de crédito especializados”, adianta Lanz.

O ideal é que os representantes da sociedade civil, mais sensíveis às questões sociais, pudessem trabalhar em associação com os grandes bancos, mais capacitados do ponto de vista financeiro.

Brasília, 15 de agosto de 2003
Mário Tomelin